

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BERNADETE CRISTINA MARTINS

**FAMILIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
DILEMAS E IMPASSES.**

CURITIBA

2016

BERNADETE CRISTINA MARTINS

**FAMILIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
DILEMAS E IMPASSES.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Cristina Elias
Esper Stival.

CURITIBA

2016

FAMILIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: DILEMAS E IMPASSES.

Bernadete Cristina Martins

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo de pesquisa analisar as principais causas das famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, de enfrentar dificuldades de adaptação em suas moradias. Através de um estudo de caso, estivemos observando a situação de alguns moradores do Bairro Jardim Paulino, na cidade de Campo Mourão estado do Paraná, contemplados com o Programa Minha Casa Minha Vida, remanejados para o Conjunto Fortunato Perdoncine, localizado a 7 mil e 900 metros de distância do Jardim Paulino. As famílias que são beneficiadas com as casas do Programa Minha Casa Minha Vida, algumas apresentam certa dificuldade de se adaptarem as suas novas moradias, causando assim um deslocamento quase que diário de suas novas casa para o local onde residiam anteriormente. A partir dessa problemática, procuramos estar levantando questionamentos através das pesquisas de alguns artigos de outros autores que abordam temas semelhantes. (SAQUET e SILVA, 2008), apontam os questionamentos de Milton Santos sobre o espaço geográfico. Após essa análise da definição de espaço sob a óptica de SANTOS, 1978/1979, ponderamos as observações de (LIMA, 2008), sobre a democracia e suas democraticidade. Abordamos também os estudos sobre a questão habitacional no Brasil realizado por MOTTA, 2010. E por fim relacionaremos esses questionamentos com o estudo de FREITAS, 2008, do sentimento de pertença das famílias em relação a um determinado espaço geográfico e social. Após essas discussões, através de dados quantitativos, estaremos evidenciando algumas das principais causas desses acontecimentos de acordo com a realidade dessas famílias alvos da pesquisa.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha. Espaço Geográfico. Políticas Sociais. Democracia. Sentimento de Pertença.

1 INTRODUÇÃO

A questão da habitação no Brasil é uma problemática quem vem se desenrolando desde o início do século passado. Com o fim do período escravagista¹ por volta do final do Século XIX. Além disso, houve a imigração dos europeus para trabalhar nas fazendas cafeeiras no sul e sudeste no início do Século XX, em que, muitos desses eram refugiados da Primeira Grande Guerra Mundial. Diante desse panorama, o País passou enfrentar problemas com contingente populacional nos centros urbanos. Sendo os: saneamento básico, transporte, saúde, educação e moradia; são algumas variáveis dignas de um planejamento sistemático e efetivo, a fim de, atender essa população que, a cada ano, só aumenta.

O espaço social do indivíduo, não se relaciona somente com a sua moradia, ou seja, levar em consideração também o espaço físico e social a qual reside. Ao considerar, também, o tempo em que o indivíduo está naquele local, à relação afetiva que possa ter com a sua moradia, as convivências, os laços familiares ou de amizades. Neste sentido, há fatores importantes a serem analisados quanto remanejar uma família de seu espaço geográfico, para outro determinado local.

O artigo de pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), feita por SAQUET² e SILVA³ intitulado por: “Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território”. Tratando sobre os aspectos e definições da trajetória intelectual de Milton Santos⁴ e sua concepção de Geografia, evidenciando os seus conceitos de

¹ No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam mulheres e homens negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam estes negros africanos como se fossem mercadorias aqui no Brasil. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos. [...]A partir da metade do século XIX a escravidão no Brasil passou a ser contestada pela Inglaterra. Interessada em ampliar seu mercado consumidor no Brasil e no mundo, o Parlamento Inglês aprovou a Lei Bill Aberdeen (1845), que proibia o tráfico de escravos, dando o poder aos ingleses de abordarem e aprisionarem navios de países que faziam esta prática. Em 1850, o Brasil cedeu às pressões inglesas e aprovou a Lei Eusébio de Queiróz que acabou com o tráfico negreiro. Em 28 de setembro de 1871 era aprovada a Lei do Ventre Livre que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. E no ano de 1885 era promulgada a Lei dos Sexagenários que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Somente no final do século XIX é que a escravidão foi mundialmente proibida. Aqui no Brasil, sua abolição se deu em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, feita pela Princesa Isabel.

² Marcos Aurelio Saquet Prof. Dr. na Unioeste - Francisco Beltrão Pesquisador do Cnpq saquetmarcos@hotmail.com

³ Sueli Santos da Silva Unioeste – Francisco Beltrão Mestranda em Geografia su.silva72@uol.com.br

⁴ Milton Santos foi um geógrafo brasileiro, considerado por muitos como o maior pensador da história da Geografia no Brasil e um dos maiores do mundo. Destacou-se por escrever e abordar sobre

espaço e território. Segundo SANTOS: “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SAQUET e SILVA, p. 07, 2008 *apud* SANTOS, p.122, 1978).

Outro conceito fundamental ao destacar como base para pesquisas e a formação do espaço geográfico e sua relação com a sociedade e as interferências do homem no espaço. Para os autores:

o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções” (SAQUET e SILVA, 2008, p. 07 *apud* SANTOS, p.122, 1978).

A partir desta observação de SANTOS, 1978, pode-se entender a concepção de espaço por um olhar crítico e profundo ligado à formação cultural e social do povo que ali vive. Não mais como um “espaço” físico e sim um conjunto de elementos abstratos, composto pelo local, as vivências, as interferências culturais e sociais e principalmente: seu povo.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado pelo Governo Federal sob a Lei 11.977/2009⁵ com o objetivo de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), e compreende os seguintes subprogramas:

I - o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); (Redação dada pela Lei nº 13.173, de 2015).II - o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); e (Redação dada pela Lei nº 13.173, de 2015). (BRASIL, p. 01, 2009)

Ao pesquisar a relação de algumas famílias que foram beneficiadas com esse programa, com o espaço geográfico de antes de depois do benefício e levantar

inúmeros temas, como a epistemologia da Geografia, a globalização, o espaço urbano, entre outros.

⁵ Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

questões norteadoras: Qual a causa dessa situação? O que diferencia das atuais residências das antigas? O motivo maior seria somente por causa do convívio social? A falta de adaptação com os novos vizinhos?

São essas indagações que possibilitaram analisar a relação entre essa problemática e o programa apontando para possíveis implicações existentes nos referidos espaços. Ao abordar essa temática, a fim de, procurar entender quais as relações de adaptação e vivências de famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa minha vida, na cidade Campo Mourão do Estado do Paraná, com as moradias anteriores, em meio a relatos de mães que foram beneficiadas, que apesar de ter escolas nas proximidades do Conjunto em que reside, ainda persiste em manter os filhos e filhas na escola mais distantes e apresenta forte laço social e afetivo com local em residia anteriormente.

Tal questão desperta o interesse em entender o que se passa com essas famílias, ao ponto de sacrificar os seus filhos todos os dias, submetendo-os ao deslocamento longo e árduo para levar a escola e Centro Municipal de Educação Infantil-CMEI ao em vez de procurar se adaptar nas novas moradias.

2-APRESENTANDO O PROBLEMA SOCIAL.

Em decorrência de vários fatores ao longo da história os problemas sociais têm se intensificado cada vez mais. Problemas como desigualdade social, fome, pobreza e miséria, são uma das questões que o governo federal tem procurado diminuir, contudo, é evidente que esta situação continua a persistir em nossas cidades e no campo.

Na Constituição Federal de 1988, estão discriminados os principais direitos sociais que devem ser assegurados a todo cidadão brasileiro. Em seu Artigo 6º diz:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000 e EC no 64/2010). (BRASIL, 1988, p. 18.).

É de competência da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios garantirem aos todos os cidadãos o direito à moradia conforme CF 1988, aponta que:

Art. 239. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (EC no 53/2006) [...].IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; [...]. (BRASIL, 1988, p. 29.).

Desta forma, compreende-se que as intuições governamentais têm o dever de garantir a todos o direito de moradia conforme determina a Legislação Magna da República Federativa do Brasil, sendo este, um Estado de Direito Democrático.

Entende-se que as questões sociais estão ligadas diretamente as bases da democracia de um Estado de Direito Democrático, e é de fundamental importância que os princípios de justiça e igualdade social estejam ligados a esse Estado.

Contudo, observa-se um panorama ainda longe da realidade da Nação e percebe-se que há muito que se fazer, a fim de que se tenha uma sociedade justa e igualitária.

2.1-Análise da Democracia com o Espaço Geográfico.

No artigo de LIMA, 2008, sobre “Estado, Democracia e Educação”, remete a uma citação de CUNHA-, 1991, a respeito de Democracia no Brasil:

Tratar de democracia no Brasil é uma atividade que remete mais ao plano das esperanças do que ao das realizações. Com efeito, quando é que podemos dizer que houve um regime verdadeiramente democrático no Brasil? (LIMA apud CUNHA, 1991, p.19).

A epígrafe supracitada, nos leva a refletir sobre as condições democráticas de nosso sistema do que realmente nos é “concedido” por direito, ou, nos é imposto por obrigação de se conceder esse direito. Nesse sentido, analise-se à questão habitacional no Brasil, de uma forma mais abrangente, todavia, nosso foco será voltado à situação habitacional do Município de Campo Mourão, delimitando, situações decorrentes de famílias desalojadas, que estavam em situação vulnerabilidade em bairro da periferia e foram transferidas para um conjunto

habitacional do outro lado da cidade, o que ocasionou uma insatisfação, por parte de algumas famílias, com relação à adaptação no novo local.

O município de Campo Mourão do estado do Paraná situada entre Cianorte, Goioerê, Cascavel e Maringá e está a 457,5 Km da capital Curitiba. Sua população em 2016 é de aproximadamente 93.547⁶ habitantes. As pessoas oriundas de Campo Mourão são denominadas mourãoenses.

O município é predominantemente agrícola, tem no plantio de soja e milho seus principais produtos agrícolas, sendo sede da maior cooperativa do Brasil e a terceira maior do mundo - a Coamo e outras empresas de grande porte. A população de Campo Mourão é predominantemente feminina com um total de 45.181 mulheres. A maioria da população trabalha no comércio e nas empresas agrícolas.

Por ser uma cidade de confluência de algumas rodovias importantes a nível nacional, possui uma circulação bem significativa de pessoas que passam por ali em buscas de diversos destinos para o sul, norte do País e para o exterior.

Apesar de ter uma atividade comercial e agrícola significativamente ativa no mercado, ainda há situação de extrema pobreza nas periferias da cidade. Característica essa propicia para um dos problemas mais tênue hoje nos centros urbanos do Brasil: a ocupação desordenada do espaço urbano.

A ocupação se faz em áreas de risco ou em regiões de preservação permanente, em áreas consideradas pertencentes ao Estado ou à União e ainda em propriedades particulares. Contudo essa situação não vem acontecendo recente nas cidades brasileiras.

No final do século XIX, no Brasil, há uma conjunção de acontecimentos que influenciaram decisivamente a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Concomitantemente, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, fato que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos, até então inédita (MOTTA, p. 1, 2010 *apud* MARICATO, 1997).

⁶ Dados extraídos do site do IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410430&search=parana|campo-mourao> Acesso em: 12/10/2016 as 11:16.

Com a superlotação das cidades Metrópoles da época, sentiu-se a necessidade de colonizar novas áreas do território nacional ainda inexplorados. Foi com esse propósito que os primeiros colonizadores chegaram a Campo Mourão, porém, só na década de 70 que a agricultura se tornou a principal potencialidade econômica da cidade. Nos anos seguintes a população de Campo Mourão aumentou significativamente em relação aos municípios vizinhos tornando-se a cidade polo da Mesorregião Geográfica do Estado do Paraná composta por 25 municípios.

Os atrativos como emprego e qualidade de vida tem atraído gente do Brasil inteiro para Campo Mourão colocando a cidade em destaque no cenário econômico do Estado, porém, em consequência do progresso os problemas sociais veem atrelados a esse crescimento. Na tentativa de amenizar esses efeitos, o Poder Público vem procurando atender as necessidades da população através dos programas sociais como o Minha Casa Minha Vida. Em Campo Mourão só com os conjuntos habitacionais: Avelino Piacentini, Milton de Paula Walter e Fortunato Perdoncine, já foram entregues um total de 1512 casas populares, beneficiando mais 1200 famílias, contudo, observa – se um panorama com relação à democratização do Programa.

O Conjunto Moradias Avelino Piacentini foi entregue em maio de 2011 com um total de 432 casas, beneficiando mais de 400 famílias. Foi investido no local um total de R\$ 20.000.000,00. As casas contam com sistema de aquecimento solar. O bairro possui pavimentação asfáltica e calçadas com adaptação de acessibilidade e paisagismo sendo considerado, para a época, um condomínio eficiente e sustentável.

Já o Conjunto Milton de Paula Walter foi entregue em agosto de 2013 sendo entregue 252 casas na primeira etapa custando um valor de R\$ 20.000.000,00⁷. O Conjunto Fortunato Perdoncine foi o maior programa habitacional da cidade Campo Mourão. Em janeiro deste ano, foram entregues 824 casas, todas com sistema de aquecimento solar. As pavimentações contam com áreas de acessibilidade, sistema de esgoto moderno e iluminação eficiente. O conjunto já foi entregue com o Centro Municipal de Educação Infantil Dom Virgílio de Pauli e uma UBS (Unidade Básica de

⁷ Em 2014 foi entregue mais 87 unidades da segunda etapa, porém, a pesquisa foi realizada com a primeira etapa, a fim de, realizar um panorama cronológico entres os conjuntos estudados.

Saúde)⁸. Foram gasto nesse empreendimento um total de R\$ 96.000.000,00 e ainda está previsto a entrega de mais 700 unidades até o final de 2017 como parte da segunda etapa do conjunto orçado em R\$ 65.000.000,00.

Tabela – 1. Investimento do PMCMV em Campo Mourão – PR.

| Investimentos do Programa Minha Casa, Minha vida de 2011 a 2016 em Campo Mourão – PR. | | | | | |
|---|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|
| Conjuntos | Inauguração | Recurso | Valor | Moradias | Famílias Beneficiadas |
| Avelino Piacentini | 28/05/2011 | Governo Federal e Municipal | 20 milhões | 436 | Mais de 400 |
| Milton de Paula Walter | 16/08/2013 | Governo Federal e Municipal | 20 Milhões | 252 | Mais de 400 |
| Fortunato Pedoncine | 29/01/2016 | Governo Federal e Municipal | 56 Milhões | 824 | Mais de 800 |
| Resumo | Três Inaugurações em 6 anos | Parcerias entre União e município | 96 Milhões investidos | 1512 Moradias Construídas | Mais 1200 Famílias |

* Valor gasto até a conclusão das duas etapas, totalizando 426 moradias.

Fonte – MARTINS (2016).

Questionam-se os critérios utilizados na seleção desses beneficiários como: baixa renda ou estar em estado de miserabilidade. Acredita-se que outros fatores devem ser considerados para se encaixar no perfil de beneficiário do programa.

Por ser um programa, a fim de, diminuir uma problemática social, o poder Público cumpre o seu papel de prover a necessidade de seu povo, que em contrapartida, lhe favorece através de tributos altíssimos. Como prevê a CF de 1988:

Art. 239. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (EC no 53/2006) [...].IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; [...]. (BRASIL, p. 29, 1988).

Porém, ao analisar esse cenário, procura-se entende a relação de adaptação das famílias beneficiadas em seu novo espaço social. As famílias estão inseridas em comunidades de periferias da cidade, que apesar de estarem em situação de vulnerabilidade, é o local mais próximo de um lar e de convívio social que já tiveram e sair desse espaço geográfico, muitas vezes, não tem sido uma tarefa tão fácil.

⁸ Até o presente momento de nossas pesquisas, a Unidade Básica de Saúde do Conjunto Fortunato Pedoncine, ainda não havia sido inaugurada.

Para compreender melhor essa questão iremos analisar, de uma forma bem sucinta, o conceito de Espaço Geográfico, sob a ótica de Milton Santos. Para Santos *“O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”*. (SAQUET e SILVA, 2010, p. 07 *apud* SANTOS, 1978, p.122). Para SANTOS, 1978:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SAQUET e SILVA, 2010, p. 07 *apud* SANTOS, 1978, p. 171).

Sendo assim, o espaço geográfico ele não é montado, pronto e acabado, ele é construído, ao longo de vivências e experiências sociais no decorrer do tempo. E modificar esse processo através da construção de um novo espaço geográfico e inserir indivíduos de diferentes espaços geográficos, a fim de construir um novo convívio social torna-se algo arriscado e inserto.

Tais questões não têm a pretensão em apontar o que está certo ou errado à forma como as autoridades estão procurando diminuir a pobreza e a miséria nas cidades brasileiras através dos programas sociais, o que se pretende levantar está relacionado ao processo de democratização dos programas. Tem se levado em consideração a adaptação dessas famílias no novo espaço geográfico? Houve uma preocupação de realojar essas famílias de uma forma menos traumática possível? Com relação aos serviços sociais como educação, saúde, transporte, segurança; está disponível de imediato a essas famílias em seu novo espaço? Qual é o critério utilizado para a escolha do local onde será construído essas moradias? Há uma preocupação de alojar essas famílias o mais próximo possível de seu antigo espaço geográfico, a fim de facilitar a sua adaptação e diminuir o impacto da mudança ligada à locomoção e logística dessas famílias com relação ao deslocamento ao trabalho, escola, comércio e entre outras variáveis?

Esses são alguns dos questionamentos que ao levantar em nossas pesquisas. Com relação a essas famílias deslocadas de seu espaço geográfico, já construído através do processo de vivência e convívio social para o novo espaço já pronto e edificado, longe das referências sócias e familiares que tinham outrora e doravante, terão de se adaptar e aceitar essa condição que lhes são dados por

“direito”. Direito esse Constitucional e Democrático, porém, dado por um Estado de Direito Democrático como relata LIMA, 2008:

Se de fato o que tivemos implementado no Brasil ao longo de sua história político-social foi um modelo autoritário e centralizador, criticar a democracia, exige-nos a depuração de tal ou tais modelo (s) de democracia (s) que aqui tivemos. Isto nos remete a falar de democracias e não de democracia (LIMA, 2008, p. 78).

Desta forma, ao entender a relação social do indivíduo com o ambiente físico e social e o que leva a não deixar seu local de origem mesmo situações precárias de moradia. Além dos vínculos sociais, está ligado o sentimento de pertença de afetividade com o local.

2.2 As Características Humanas no Espaço geográfico.

Em um estudo sobre o “Desenvolvimento Local e Sentimento de Pertença Na Comunidade De Cruzeiro Do Sul – Acre” feito por Cezar Gomes de Freitas em 2008, realizado no Município de Cruzeiro do Sul, no Acre. Foram apontadas as relações de sentimento da população com a comunidade, que, apesar do local ser inóspito de poucos recursos de infraestrutura, esse sentimento de pertença e de valorização do local, por parte dos moradores, e bem forte a ponto de não sair daquele local.

Freitas explana que conforme o desdobramento de suas pesquisas pode observar que as relações culturais e sociais daquele povo e também as barreiras geográficas do próprio local, contribuíram para o crescimento desse sentimento de afeto com o ambiente:

Cada população, em seus territórios, busca ressaltar aspectos de sua cultura ou, muitas vezes, de sua identidade histórica para acentuar as diferenças em relação aos demais e, desta forma, acentuar suas ligações com seu lugar. (FREITAS, 2008, p.87.).

Isso explica o que leva a população de um determinado local a não se adaptar em outro ambiente, devido o forte enraizamento de territorialidade do ambiente onde se criou:

Tal processo, referenciado por aspectos reais ou simbólicos, é importante para o florescimento e manutenção do Sentimento de Pertença em determinado território, não só em relação aos que ali nasceram como

também para aqueles que escolheram aquele local para viver (...). (FREITAS, 2008, p.87.).

Isso nos faz retomar a ideia de Democracidade e o Espaço Geográfico e analisar se há democracia nas escolhas do local onde será construído os Conjuntos Habitacionais.

A necessidade do desenvolvimento urbano e social de uma cidade faz com que os governantes criem políticas públicas, a fim de atender as necessidades da população, contudo, ao longo de nossas pesquisas, ao apontar como forma de reflexão para futuras indagações, que não há um democracidade na escolha do novo espaço geográfico.

Conforme relatado, a construção do espaço vai além das questões físicas e estruturais. As relações sociais, as atividades culturais, são fatores preponderantes para a construção desse espaço e a adaptação em um novo ambiente está fortemente ligada com essas condições.

Percebe-se também, que assim como há em outras comunidades, o sentimento de valorização e de pertencer daquele local, são outros fatores responsáveis para dificultar a adaptação em outro ambiente.

A necessidade de ver melhorias em sua comunidade e a relação de afetividade por viver ali, muitas vezes, desde a infância, faz com que cada vez a sua população queira (deseje) o desenvolvimento daquele lugar e a sensação de abandono, ao sair da li para outro local, aumente ainda mais essa insatisfação no novo ambiente.

Para que haja uma democracia de fato nos Programas Habitacionais, deve-se levar em consideração as contribuições de quem é interessado na questão: o povo. Freitas aponta em seu artigo essa discussão:

O conhecimento e a consideração das necessidades, anseios e desejos dos moradores são fundamentais para o enraizamento, territorialização e obtenção de significado por parte da população em relação ao projeto executado na comunidade em estudo, fazendo crescer as chances da necessária participação efetiva desta população e, conseqüentemente, da obtenção dos objetivos estabelecidos. (FREITAS, p.91, 2008).

Neste ponto, percebe o qual a importância da população nas decisões Legislativas, a fim de, garantir o pleno sucesso e efetividade de todo e qualquer

Programa do Governo. A Constituição Brasileira determina a participação popular no planejamento Municipal, que descreve:

Art. 29º. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (EC no 1/92, EC no 16/97, EC no 19/98, EC no 25/2000 e EC no 58/2009) [...]XII – cooperação das associações representativas no planejamento municipal;XIII – iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; [...]. (BRASIL, p. 33, 1988).

Assim, é garantido em lei o direito povo em tomada de decisões sobre planejamento das cidades a qual estão inseridos, infere-se que, poderia haver um meio de ouvir a população com relação à satisfação do local onde serão construídas suas moradias antes da edificação. Em sua pesquisa, Freitas analisa passividade da população na tomada de decisões imposta pelos governantes:

Essa nova dinâmica é fundamental dado o fracasso das tentativas anteriores de promoção do desenvolvimento, (...), por meio de projetos impostos de cima para baixo e produzidos nos gabinetes dos governos e sem a participação dos principais interessados, a própria população. (FREITAS, p.91, 2008).

Sendo assim, entende-se que a falta de políticas públicas com garantia de princípios democráticos, a construção de um espaço geográfico sem levar em consideração as características humana na construção desse espaço e falta de sensibilidade e percepção nas relações de afeto e territorialidade desse povo com relação ao espaço a qual pertence, são fatores cruciais para o fracasso de Programas Sociais estabelecido pelo Estado. Enquanto não for feito um estudo de cada caso, um levantamento sociocultural e econômico de cada região, cada vez mais, haverá abandono de casa popular e venda irregular das mesmas e os objetivos iniciais não serão atingidos, causando uma insatisfação na população e não efetivação do Programa.

3-ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS.

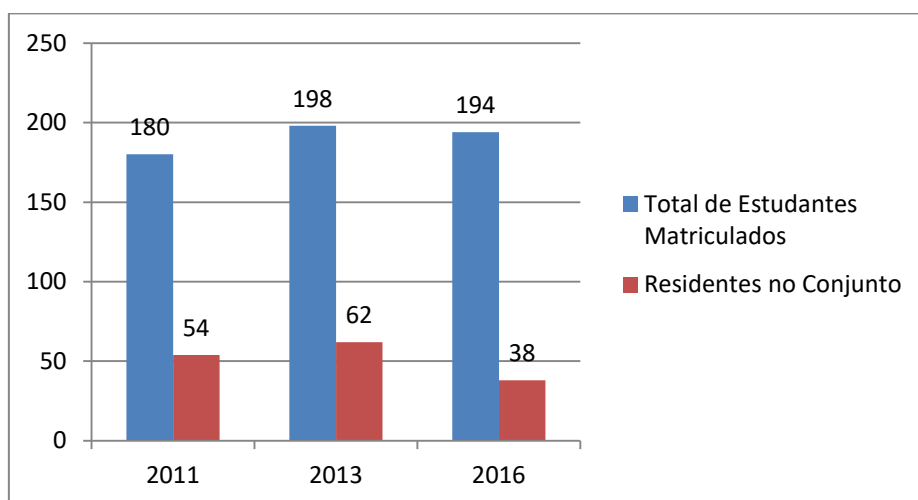
A fim de ser feito uma reflexão sobre a problemática de adaptação das famílias remanejadas, fora feito um levantamento com base na quantidade de

famílias beneficiadas e das crianças matriculadas nas escolas e nos CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil) circunvizinhas aos conjuntos.

Para análise de adaptação fora divididos os conjuntos por ordem cronológica com períodos que compreende: ano de entrega, 2 anos após a entrega e atualmente. Desta forma, poderá ter uma estimativa da quantidade de famílias que não residem mais nos conjuntos.

No Conjunto Moradias Piacentini foram beneficiadas 436 famílias. Quando foi entregue, havia aproximadamente um total de 126 crianças entre 1 a 6 anos. Através do levantamento das matrículas nos CMEIs e escolas da região, nos últimos 5 anos, pode – se perceber que algumas dessas crianças foram transferidas de unidades de ensino, inferindo que, as famílias mudaram de endereço.

Gráfico 1 – Total de Crianças de 1 a 6 anos residentes no Conjunto Moradias Piacentini.



Fonte – MARTINS (2016).

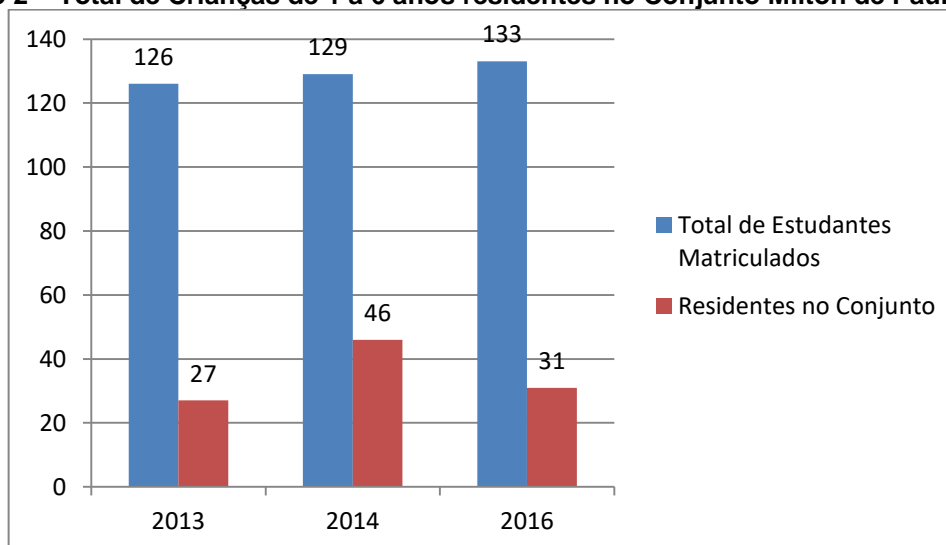
Esses dados foram obtidos com base nas matrículas dos estudantes do Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente e da Escola Municipal Domingos José de Souza. As matrículas realizadas ano de 2011 aponta um total de 54 crianças matriculadas e, através do cadastro dos estudantes pode-se verificar o endereço dos mesmos, confirmando assim, que residem do conjunto Avelino Piacentini⁹. Foi considerando como público alvo da pesquisa as crianças das turmas

⁹ O Conjunto Moradias Avelino Piacentini foi entregue em 2011 sem Unidade Básica de Saúde e Centro Municipal de Educação Infantil. As famílias residentes ali, para utilizarem esses serviços, tem que se deslocar para o bairro vizinho Tropical II. O CMEI Pingo de Gente está localizado a 1,5 do conjunto no Bairro Tropical I. Em 2014 foi inaugurada a Unidade Básica de Saúde, mas a creche, que estava prevista desde a construção do conjunto, ainda não.

de 1º ano da Escola Domingos que compreendem dos 5 aos 6 anos de idade e as de CMEI todas as turmas. Foi utilizado esse critério, pois, crianças com esse nível de idade, até os 4 anos não podem utilizar transporte escolar e até os 6 anos as famílias procuram matricular o mais próximo possível de casa, justificando a exatidão da pesquisa com relação ao local de residência.

No Conjunto Milton de Paula Walter foram beneficiadas 252 famílias, apresentando um total de 98 crianças entre 1 a 6 anos. No ano de 2013, ano de entrega desse conjunto, consta matriculadas no Centro Municipal de Educação infantil Santa Cruz, total de 126 crianças, sendo 27, residentes do conjunto. No ano seguinte, observa-se um aumento de 15% nas matrículas das crianças que residem no conjunto, porém, neste ano, houve uma redução de 12% e verificando os registros constata-se que houve alteração de endereço no cadastro desses estudantes.

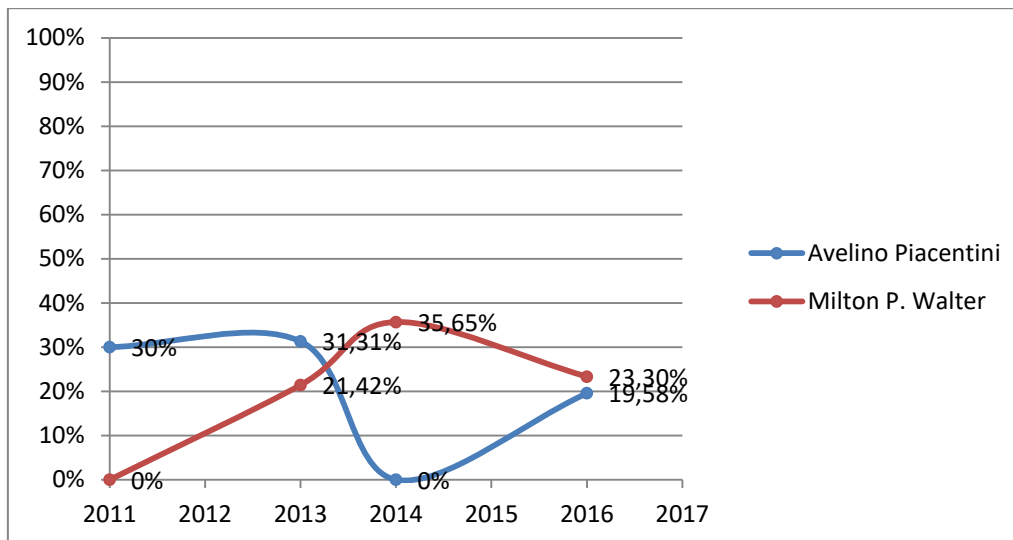
Gráfico 2 – Total de Crianças de 1 a 6 anos residentes no Conjunto Milton de Paula Walter.



Fonte – MARTINS (2016).

Fazendo uma análise de comparação entre os conjuntos Avelino Piacentini e Milton de Paula Walter, percebe-se que entre o ano de entrega e o ano posterior, houve um aumento de matrículas no CMEIs e Escolas, isso se dá devido ao período de realocação das famílias, entendendo que, no ano seguinte todas as casas estão ocupadas. Porém, se compararmos com os próximos anos, nota-se que houve uma diminuição das matrículas dando a entender que, houve famílias que mudaram de endereço, como mostra o gráfico seguinte:

Gráfico 3 – Panorama das crianças residentes nos conjuntos nos últimos 5 anos.



Fonte – MARTINS (2016).

Lembrando que no ano de 2014 só aparece dados para o Conjunto Milton de Paula Walter, pois o mesmo foi entregue em 2013. Desta forma, não se faz necessário apresentar informações de 2014 para o Avelino Piacentini, pois, não seria relevante para a pesquisa em questão. Da mesma forma que, não aparece para Milton de Paula Walter no ano de 2011.

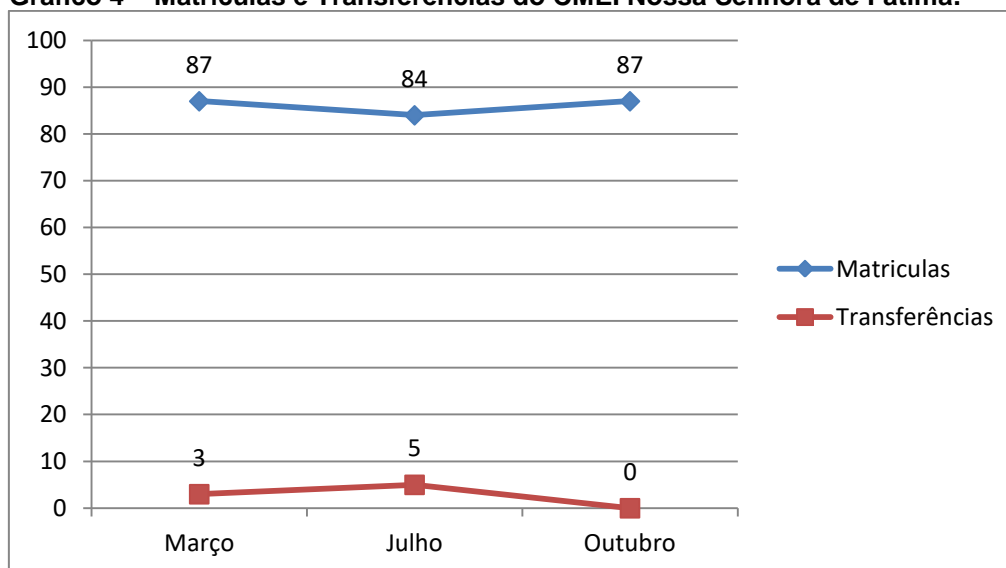
Para compreender melhor a questão da habitação do Conjunto Fortunato Perdoncine, ao realizar análise das crianças matriculadas no CMEI Nossa Senhora de Fátima, localizado no Jardim Paulino, o qual foi realizado entrevistas com algumas mães, a fim de, verificar esse sentimento de pertença.

Verificando o registro de matrícula dessas crianças, no início deste ano letivo no mês de fevereiro havia 87 alunos matriculados. No mês de março foi registrado o pedido de transferência de 3 alunos para o CMEI Dom Virgílio de Paulli, evidencia a mudança de endereço para o Conjunto Fortunato Perdoncine. No final do semestre foi registrado a matrícula de 84 estudantes e transferência de mais 5 para o CMEI Dom Virgílio de Paulli.

Recentemente, no mês de outubro, foi registrado a matrícula de 87 estudantes e não houve mais registros de transferências, porém, foram entrevistadas 10 mães que foram contempladas com uma casa no Conjunto

Fortunato Perdoncine e se verificarmos com o número de transferências, percebe-se que faltam transferir dois estudantes justamente um número de famílias beneficiadas que não se adaptaram ao novo endereço e ainda permanece residente no Jardim Paulino.

Gráfico 4 – Matrículas e Transferências do CMEI Nossa Senhora de Fátima.



Fonte – MARTINS (2016).

Ou seja, analisando este gráfico, percebe-se que apesar de todas as famílias contempladas com as residências, ainda há crianças matriculadas no CMEI Nossa Senhora de Fátima, o que nos leva a acreditar na dificuldade de adaptação, encontrada, por aqueles que ainda não se mudaram por completo.

Por ser um conjunto novo, não pode-se concluir a situação final do mesmo e por apresentar características próprias que diferem dos demais analisados, ainda se faz necessário uma intervenção do tempo, a fim de, que se possa realizar novas pesquisas e a partir dos novos dados observar se essa situação perdura.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao realizar uma reflexão sobre esse artigo, pode-se identificar uma discussão intelectual sobre a democracia e suas aplicabilidades nas políticas públicas brasileiras, em específicos aqui, as políticas habitacionais.

Na primeira parte do artigo, foram apresentadas as temáticas referentes aos problemas sociais enfrentados por algumas cidades do País, e de como se originou essas problemáticas. Em seguida, foram apontadas as devidas definições, segundos a visão de alguns autores, sobre democracia e a democratização dos programas sociais. Logo a frente fora feito uma análise do espaço geográfico e sua formação através da atividade humana.

Após essas discussões, ficou subentendido que a formação do espaço geográfico está relacionada às manifestações da sociedade em toda a sua totalidade e de que não se pode formar um espaço sem levar em consideração os impactos sociais sobre esse espaço. Adaptação da população em novo espaço está fortemente ligado mais a questões abstratas do que a questões estruturais e físicas.

A questão da democracia nos Programas de Políticas Sociais, é algo relativo e não se pode determinar que não há uma democracia de fato neste contexto, mas percebe-se de que poderia haver mais discussões nas escolhas desse locais de construção dos conjuntos habitacionais. Poderia haver mais participação popular na escolha da localização do empreendimento, a final, que seria o maior interessado não é quem vai residir no local? E se a população de um determinado local foi contemplada como novas moradias, não seria mais que justo eles decidirem se querem ou não se deslocar daquele espaço geográfico? São algumas indagações que ficam aqui como forma de discussões para possíveis futuras pesquisas a fim de aprofundar mais sobre essa temática.

Na segunda parte do artigo, foi apresentada outra discussão de outro autor sobre o sentimento de pertencimento ao um determinado espaço geográfico o que poderia ser uma possível causa da dificuldade de adaptação de algumas pessoas em suas novas moradias. Realizando um paralelo do local analisado por FREITAS e como o Jardim Paulino, nota-se que ambos possuem realidades bem distintas, porém, pode-se identificar esse sentimento por parte alguns moradores no bairro analisando. O sentimento de querer ver o seu bairro transformado por intermédio de intervenção do setor público, é bem maior do que crer sair daquele local. O bairro Jardim Paulino, em sua maioria, não possui pavimentação asfáltica e nem sistema de esgoto e saneamento básico, isso poderia ser uma agravante de insatisfação por

parte daquela população em requerer melhorias nesse sentido, contudo, isso seria temática para outras pesquisas, mas mesmo o bairro estando nessas condições e tendo famílias que foram beneficiadas como uma moradia bem melhor que atual em outro bairro completamente novo e bem estruturado, ainda sim a quem prefira permanecer no mesmo local. Isso evidencia um sentimento de pertença com aquele local.

Na parte final do artigo foram apresentados os dados quantitativos deste estudo e ao analisar os dois conjuntos entregues anteriores ao conjunto Fortunato Perdoncine, percebemos uma frequência de desistência das moradias quando verificado as transferências das crianças matriculadas nas escolas e CMEIs próximos, o que pode-se inferir uma dificuldade de adaptação, devido a vários fatores. No caso das famílias do Jardim Paulino, que foram para o Conjunto Fortunato Perdoncine, percebe-se esse sentimento de pertença e a ligação afetiva ao local, porem, não se pode concluir por completo essa afirmação devido ao fator tempo. O Conjunto Fortunato Perdoncine é praticamente novo, então se deve esperar um determinado período de tempo para poder determinar se houve adaptação ou não por parte dos beneficiados. Através das pesquisas dos Conjuntos Avelino Piacentine e Milton de Paula Walter, pode-se realizar uma estimativa do que poderá acontecer como o Fortunato Perdoncine, entretanto, deve-se levar em consideração que o Fortunato Perdoncine possui um diferencial, que o CMEI e a UBS no bairro.

Após toda essa análise, entende-se que os problemas com as políticas sócias habitacionais no país, sob a ótica da Cidade de Campo Mourão, vão muito além do simples fato de adaptação por parte das famílias contempladas. Não se pode culpar governo ou população, o que deve ser feito é um estudo mais sistematizado com relação a esses programas e é de fundamental importância à participação da população, não só na escolha do local, mas em todo o processo. Há vários fatores que pode ser analisado para essa problemática e fica como indagação para outras pesquisas.

5-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, César Gomes de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul** – Acre/ César Gomes de Freitas. 2008. 104p. Dissertação. Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande, MS. 2008.

ZAGO, Ireni Marilene Figueiredo org. **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil** /. — Cascavel: UNIOESTE ; Curitiba : Fundação Araucária, 2008.351 p. Parte I, P. 86 – 199.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS**: concepções de geografia, espaço e território. ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. WWW.geouerj.uerj.br/ojs.

MOTTA, Luana Dias. **A Questão da Habitação no Brasil**: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o Direito À Cidade / Luana Dias Mota. 2014. 15p. Artigo. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte – MG. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de geografia**, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CUNHA, L. A. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: FLACSO do Brasil, 1991.